

A Romaria de Aparecidinha (Sorocaba, SP) e as Políticas Culturais de *Eventismo*

Angela Teberga de Paula¹

Resumo

Esse artigo tem por objetivo analisar a abrangência de políticas públicas culturais, ou simplesmente ações públicas, que visam a manutenção das manifestações culturais da cidade de Sorocaba (interior de São Paulo), tendo como estudo de caso a *Romaria de Aparecidinha* (categoria: celebrações, designação: romaria). Essa devoção local data de meados de 1850, com datas oficiais anuais, quais sejam: primeiro dia de janeiro (percurso compreendido entre o Santuário de Aparecidinha e a Catedral Nossa Senhora da Ponte) e o segundo domingo de julho (inverso), em que cada trecho totaliza aproximadamente 14 km. Esta pesquisa seguiu um método de estudo de caso, com abordagem qualitativa crítica. A análise dos dados aponta que as atuais políticas culturais tendem a privilegiar o *eventismo* (e potencial “turistificação”) como principal forma de atuação.

Palavras-chave: Romaria de Aparecidinha. Sorocaba. Política Cultural. Eventismo.

Numa noite de tédio: “Vamos assistir a esse fenômeno de cultura popular”. Eu acho que seria realmente, no mínimo, uma profanação, ou um ato de consumo, a gente iria ver aquelas coisas, não ia significar nada. Porque a cultura se constrói fazendo. (Alfredo Bosi)

Introdução

Esse artigo versa sobre o estudo de uma das manifestações culturais do município de Sorocaba (interior de São Paulo), a *Romaria de Aparecidinha* (categoria: celebrações, designação: romaria), assim como a discussão sobre a atual atuação do poder público, em relação a essa manifestação (tanto no tocante de salvaguarda, como de financiamento).

A abordagem aqui proposta é balizada pelo entendimento de política pública cultural enquanto institucionalização do poder da cultura na agenda política, a qual é oportuna e necessária quando esta prevê o respeito dos direitos humanos fundamentais à população e a afirmação da identidade de um grupo, segmento ou sociedade (BRANT, 2009). Especialmente, valorização das manifestações culturais em seu sentido amplo, que abrange a construção de diretrizes de identificação, proteção, educação patrimonial, registro, promoção

¹ Bacharel em Turismo e Mestranda em Turismo pela Universidade de Brasília. Email: angelateberga@unb.br

e fomento dos processos e bens portadores de referência do patrimônio imaterial, como sugerido por diversas cartas patrimoniais (e. g. Carta de Fortaleza e Carta de Mar del Plata).

A *Romaria de Aparecidinha* é considerada uma tradição religiosa popular, em que há, implicitamente, o reconhecimento de manifestação cultural, já que a romaria surgiria como um movimento que “possibilita o encontro grupal em que se compartilham alguns objetos materiais, como também as orações e os seus pedidos aos santos idolatrados” (MARTINS E LEITE, 2006, p. 109-110). E, em se tratando de uma manifestação cultural, entendemos que também ela deverá ser foco de uma política pública preocupada por sua salvaguarda.

Afinal, qual estaria sendo o tratamento do poder público à *Romaria de Aparecidinha*? Há uma super-valorização ao imediatismo temporal-espacial do evento da *Romaria*?

Para responder essas perguntas, esta pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, a qual é apropriada para obtenção de um conhecimento mais profundo de casos específicos, através da “compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação” (OLIVEIRA, 2008, p. 37). Para isso, utilizou-se técnica de pesquisa documental e bibliográfica (dados primários e secundários) pertinente ao tema; além de trabalho de campo, através de entrevistas individuais aos organizadores da *Romaria* e políticos legisladores do município; e, enfim, análise crítica dos dados coletados.

O método de estudo de caso foi o mais apropriado, por compreender o estudo exploratório e interpretativo de um caso empírico, embora não se permita a generalização dos resultados, para outras manifestações culturais, por exemplo. O recorte delimitativo dado a essa pesquisa concerne em: políticas públicas e outras ações públicas, praticadas entre os anos de 2007-2010, e somente originadas do poder público (executivo e legislativo) municipal de Sorocaba e do poder público estadual de São Paulo.

Romaria de Aparecidinha – Sorocaba, SP

As romarias² desenvolvem-se ao redor das ermidas ou dos santuários, sendo suas raízes uma mistura entre tradições portuguesas e também indígenas (BIDEGÁIN, 1993).

² Romaria é uma palavra derivada da expressão “ir a Roma”, que caracteriza a peregrinação realizada para visitar um lugar santo. Segundo Dotro e Helder (2006, p. 143), romaria significa “Festa popular em que as pessoas de algum lugar se deslocam até as imediações de uma ermida ou santuário e, além de assistir a algum ato de devoção, se entretêm com comidas, bailes, etc.”. Difere-se da procissão quanto ao motivo do deslocamento, já que a esta se deve o sentido de caminhar comunitário, normalmente dentro da liturgia romana da Missa, a exemplo da Procissão de Ramos e Corpus Christi.

Correspondem à vida religiosa leiga, por serem, necessariamente, uma manifestação de culto, tanto individual como comunitário, que não pertence à liturgia, portanto uma manifestação de religiosidade popular (DOTRO; HELDER, 2006).

De acordo com os autores Sartore e Triacca (1992), as peregrinações devocionais e votivas poderão ser eucarísticas ou em honra de Nossa Senhora e dos santos, cuja popularidade estará em razão inversa da importância litúrgica. Nas de honra a Maria, mãe de Jesus, as mais antigas, conduziam-se os ícones correspondentes, juntamente com tochas ou velas; seria somente a partir da Idade Média que nasceriam e se multiplicariam as peregrinações com relíquias ou estátuas de Nossa Senhora; e, ao período barroco, agregar-se-iam as pompas e assumiriam as grandes proporções.

A respeito da devoção mariana, um dos grandes apelos das romarias, esta é uma prática na igreja desde o início do cristianismo, embora ganhe maior força com o processo de colonização ibérica nas Américas. Aqui, com a evangelização dos padres jesuítas, a devoção a Maria constitui-se alicerce para o catolicismo popular, pois o povo oprimido latino-americano encontra na figura de Maria, uma mulher que viveu momentos de sofrimento, elemento que vinham também enfrentando na luta por justiça e igualdade (MARCELO, 2006).

Segundo Almeida (1974), as romarias em veneração a Nossa Senhora da Imaculada Conceição Aparecida, de disseminado culto no país, assemelham-se às demais romarias do mundo, quanto ao motivo de peregrinação e devoção a mãe de Jesus. No caso brasileiro, a veneração à imagem da santa tem início com seu aparecimento, que ocorreu no ano de 1717. A imagem original, que foi encontrada nas águas do rio Paraíba do Sul, ganharia sua primeira capela no então município de Guaratinguetá em 1743 e, a segunda, em 1886, em função do aumento da procura de fiéis pelo encontro com a santa.

Embora as romarias até o município tenham atingido maiores proporções a partir do ano de 1900, com o advento das estradas e veículos motorizados, Almeida (1971, p. 70) já apontava a devoção dos tropeiros da região de Sorocaba no início do século XIX.

Outrora, quando não havia estrada de ferro e automóvel para trazer os romeiros, *êstes* formavam suas comitivas ao jeito da tropeirada, e vinham vindo de longes terras, ao sol e à chuva, atolando os muares nos caldeirões, sofrendo na passagem dos rios ou na aspereza das subidas [...] E muito tropeiro, beijando a fita que descia da imagem piedosíssima, lembrava-se do mau pedaço de que se livrara com invocar de coração e de boca a Rainha do Céu.

No ano de 1785 chegou à região do bairro do Piragibú do Meio em Sorocaba, o português guarda-mor Antonio José da Silva, proveniente do município de Lorena, onde se tornou devoto da Senhora Aparecida. O devoto trouxe uma cópia da imagem de aproximadamente 14 centímetros em madeira, que foi deixada em um nicho³, onde hoje funciona o cemitério. Ainda em 1785, o devoto pede autorização para o arcebispo de São Paulo para a construção da Igreja de Aparecidinha, que viria a ser a primeira filial da capela existente em Guaratinguetá, em honra a mãe de Jesus (ALMEIDA, 1971; OLIVEIRA, 2010).

A capela que conserva o título de Nossa Senhora Aparecida, foi construída em data próxima ao ano de autorização proveniente de São Paulo, em taipa de pilão, conforme o Livro do Tombo. Próximo a pequena igreja surge uma casa de milagres, casa de romeiros para pernoite, além de um povoado como arraial⁴. A capela se elevaria à categoria de Santuário Diocesano no ano de 1991, por ação do bispo Dom José Lambert (ALMEIDA, 1971).

Não se sabe ao certo o ano de início das romarias coletivas para a capela, mas Almeida (1969, p. 78) relata que ao ano de 1852, elas já eram notáveis: “A romaria não começou em 1785, é claro, mas é muito antiga. Em 1852, o jornal ‘O Defensor’ a ela se refere, como já acostuada.”.

Conta-se que em função de um surto de febre amarela em Sorocaba no ano de 1900, começou-se a *romaria*, quando fiéis da cidade foram buscar a imagem na capela e levar até a catedral, dirigida pelo monsenhor João Soares, invocando a proteção da santa. As *romarias* aconteciam extraordinariamente até essa epidemia, quando então se fixam datas oficiais para a realização destas, a saber: primeiro dia de janeiro e segundo domingo de julho (ALMEIDA, 1954; VALVERDE; OLIVEIRA, 2007; OLIVEIRA, 2010).

Demais relatos sobre a historicidade da *romaria* podem ser observados em outro livro de Almeida (1974), que transcreve o diário do ano de 1927, do primeiro bispo da diocese de Sorocaba, Dom José Carlos de Aguirre. “O Dia de Ano Bom caiu em sábado. 1. Enorme concorrência de povo, que apesar da chuva acorreu à recepção da imagem de Nossa Senhora Aparecida. Às 10 horas assisti à missa cantada [...]”

Embora com imprecisões a respeito da data inicial e de seu processo de crescimento, a tradicional *romaria*, que acontece sem interrupção, em datas fixas, há mais de cem anos,

³ Nicho: 1. Cavidade ou vão em parede ou muro para colocar estátua, imagem, etc.

⁴ Arraial: 1. Acampamento de tropas. 2. Lugar de festas populares. 3. Lugarejo.

Fonte: FERREIRA, A. B. H. *Minidicionário da língua portuguesa*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

parece conservar alguns de seus aspectos originais. Almeida (1974, p. 62; 25; 201) nos descreve a *romaria* que já era comum à década de 70:

[...] Trata-se de uma romaria em julho para levar a imagem desde a Catedral até a capela e outra em 1º de janeiro para trazê-la. Esta vai aumentando cada ano, à medida que cresce a população da cidade, pois é devoção local.

[...] A prática de iniciar o ano com uma romaria e missa a Nossa Senhora tem passado para outras cidades.

[...] Modalidade interessante, festejar-se Nossa Senhora Aparecida com romarias locais a 1º de janeiro, iniciando o ano sob o manto protetor de Nossa Rainha.

[...] As festas mais importantes eram [...] a chegada da Santa, dia de Ano Bom. As festas exigiam grandes *despezas* de fogos [...]

Atualmente, não se observam grandes mudanças, especialmente quanto ao trajeto, frequência e popularidade. O percurso, compreendido entre o Santuário de Aparecidinha e a Catedral Nossa Senhora da Ponte (ou vice-versa), é de aproximadamente 14 km, percorrido por volta de 5 horas. São dois trajetos distintos, um de ida e outro de retorno: no primeiro dia do ano (percurso de ida), a *romaria* segue pelo bairro do Alto da Boa Vista, passando pela Avenida 23 de Março e Carlos Reinaldo Mendes até atingir a Avenida São Paulo, então sobe a rua 15 de Novembro e São Bento; já no segundo domingo do mês de julho (percurso de retorno), a *romaria* inicia na Praça Júlio Prestes, tomando a rua 15 de Novembro, então passa pela Avenida São Paulo, pelas ruas Padre Madureira, Reinaldo de Barros e a 23 de Março, até a Aparecidinha (MARCELO, 2010).

A *Romaria de Aparecidinha* começa a ser organizada com três meses de antecedência, quando membros do clero da Arquidiocese de Aparecidinha entram em contato com a prefeitura, as mídias locais, as instituições que apoiam e dão auxílio ao evento e a igreja catedral. A manifestação religiosa, que já reuniu cerca de 90 mil fiéis no ano de 2008, segundo o Jornal Estado de São Paulo (2008), utiliza de um andor para levar a imagem da santa, juntamente com flores, seguido do carro de som (OLIVEIRA, 2010).

Em relação às políticas culturais associadas à *romaria*, mapeamos as seguintes:

- Políticas e ações de financiamento: Não há políticas oficiais de financiamento, mas um conjunto de equipamentos e instituições é articulado para dar infraestrutura ao evento⁵, sendo que parte desses equipamentos é financiada pela Secretaria de Cultura, com verba garantida pelo orçamento anual do município, e outra parte, por verba de emenda orçamentária anual, proposta pelo Vereador Hélio Aparecido Godoy.

⁵ E. g.: palco e equipamentos de som; carro de som; banheiros químicos; SAMU; organização do percurso e no fechamento das vias (Guarda municipal e Polícia rodoviária); e transporte público especial (linhas extras).

- Políticas e ações de divulgação e/ou fomento ao turismo: Lei Estadual nº 13.860, de 9 de dezembro de 2009 (Projeto de lei nº 189, de 2009, do Deputado Estadual Hamilton Pereira), que inclui a *romaria* no Calendário Turístico do estado de São Paulo; e Lei Municipal nº 8.178, de 4 de junho de 2007 (Projeto de lei nº 80, de 2007, do Vereador Hélio Aparecido Godoy), que oficializa o evento sacro-cultural da *Romaria de Aparecidinha*.
- Proteção legal e políticas de salvaguarda⁶: Não há políticas oficiais de salvaguarda, embora haja um estudo de registro como Patrimônio Imaterial Municipal, sob interesse do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio (CMDP) (processo do ano de 2007), além de encaminhamento ao CMDP de pedido de registro do bem imaterial no IPHAN, pela OnG Memória Viva.

Romaria de Aparecidinha: o *eventismo* como foco da política cultural

Longe de se querer dissertar a respeito da força da sociedade capitalista contemporânea, em que tudo o que se vive tornou-se uma representação, portanto, uma amostra da imensa acumulação de espetáculos diários e constantes, participados ou somente contemplados, é certo que o estudo do espetáculo, enquanto momento de ocupação da mercadoria na vida social, faz-se importante em um momento que os eventos são tão valorizados e vislumbrados (DEBORD, 1997).

Embora Debord (1997) faça uma referência aos espetáculos inseridos em um contexto mais macro da sociedade, isto é, o espetáculo seria uma forma de negócio do capitalismo contemporâneo, a fim de alienação, as abordagens apresentadas pelo autor serão aqui estudadas em contextos micros, que nada mais são que reflexos de toda a complexidade da sociedade pós-moderna.

Apresenta-se, inicialmente, uma das primeiras críticas ao ato de “espetacularização” em torno de costumes, celebrações e expressões culturais, baseada em Bosi (1987), qual seja: a noção de exibição de uma mercadoria, em detrimento do empreendimento de um trabalho, de um processo, de uma fruição cultural. É por esse motivo que a noção de uma “coisa

⁶ *Outros bens relacionados:* - Praça “Padre João Santucci: Lei nº 7.606, de 12 de dezembro de 2005, dispõe sobre denominação de “Padre João Santucci” a uma praça pública em frente ao novo santuário de Aparecidinha; - Bairro de Aparecidinha (1785): Imóvel tombado em nível municipal (CMDP). Processo nº 3958/81 e 7498/1995, Resolução nº 21 – 11/01/1996, Decreto nº 9627/1996; - Bairro de Aparecidinha (1785): Imóvel em estudo de tombamento pelo CONDEPHAAT, Guichê nº 00182/1980.

desfrutável de consumo” faz sentido, visto que o evento seria concebido enquanto produto de entretenimento das massas.

Se tudo tende a representação, afinal, qual vem sendo o papel da política pública no financiamento dos bens patrimoniais? De afirmação de um uso real àquelas pessoas que os compartilham ou, ao contrário, de afirmação de um pseudo-uso?

A análise do mapeamento, neste trabalho, das atuais políticas culturais, leva a considerar que o *eventismo* como foco da política cultural, em relação à *Romaria de Aparecidinha*, parece tender ao tipo de evento⁷ que acontece em seu contexto original, mas recebe uma “roupagem extra”, uma superestrutura de um produto da cultura de massa. Este é o exemplo da romaria estudada, por contar com uma estrutura semelhante a eventos de grande porte, inclusa no calendário turístico do estado de São Paulo e oficializada como evento sacro-cultural do município, ainda que se caracterize como um evento tradicional-popular, segundo tipologia proposta por Ikeda e Pellegrini Filho (2008).

Embora grande parte da estrutura, que vai desde o equipamento de som até os banheiros químicos, seja financiada pelo setor público, a organização da festividade continua a ser da iniciativa das pessoas, que dela fazem parte. Ikeda e Pellegrini Filho (Ibid., p. 176) citam, por exemplo, o “mestre” do folgado, um devoto, um líder comunitário, ou até o clero. Ademais, os grandes eventos⁸ de participação popular são chamarizes para os segmentos comerciais, que contribuem na forma de patrocínios, e também dos órgãos públicos, o qual inclusive “chegam a incluí-las no calendário de eventos oficiais”.

De acordo com Godoy (2010), a inclusão de certas festividades no calendário de evento oficial do município, como é o caso da *Romaria de Aparecidinha*, possibilita que a Prefeitura possa investir de forma menos burocrática, “não sendo do calendário, como

⁷ Um outro tipo de evento, que não se aplica ao estudo de caso desse trabalho, é aquele que está fora de seu contexto original, portanto, pinçado da realidade e exposto a contemplação em outro momento, local, e situação. Este é o exemplo das edições do evento “Revelando São Paulo”, onde as manifestações culturais são verdadeiros atrativos, objeto de curiosidade, admiração e consumo. São eventos considerados, pelos autores Ikeda e Pellegrini Filho (2008), como oficiais ou culturais-artísticos-comerciais.

⁸ Uma pesquisa realizada por Dória (2003, p. 41-42) aponta a existência de uma publicação do MINC intitulada “Calendário de Eventos Culturais”. Este calendário, segundo o autor, é uma “coleção de informações que visa facilitar o acesso do público à cultura”. A coleção indica um elenco de mais de 2.000 eventos culturais, de frequência anual, classificados por diversos segmentos, e. g. artes cênicas, cultura popular e dimensão etnocultural. O segmento mais expressivo é a categoria da “cultura popular” que representa 60% do total, constituído, por sua vez das subcategorias: folclore, artesanato, manifestações religiosas, carnaval, gastronomia, festas cívicas e outros. FONTE: DÓRIA, C. A. *Os Federais da Cultura*. São Paulo: Biruta, 2003.

funcionava antes, todo ano o padre vinha e fazia uma série de ofícios pedindo apoio da Prefeitura para realizar o evento”.

Em relação às romarias, Sartore e Triacca (1992, p. 951) consideram que estas apresentam graves desvios, os quais, em sua totalidade, transformariam as romarias em grandiosas exibições. A respeito disso, os autores avaliam:

[...] a inautenticidade cristã e a decadência dos conteúdos; o paganismo de retorno, o exagero da exterioridade, a mundanização; as expressões obscuras da religiosidade, como a superstição e o fanatismo; a religiosidade aberrante, o exibicionismo, os desperdícios que acabam transformando-se em provocação para os pobres. Às vezes as procissões se limitam [...] a uma parada folclórica de dignitários, eclesiásticos e leigos (estes talvez até não crentes), que exibem símbolos históricos [...].

Possibilitar o realce de certos elementos de uma manifestação cultural, através de uma “roupagem extra” dada ao evento, portanto, acaba confirmando o caráter “espetacular” da manifestação. Isso porque, a roupagem afirma a sua aparência, a sua parte visível, em detrimento da sua verdade. Realça seu estado coagulado de um movimento, que finda em si (DEBORD, 1997), ainda que dentro do espetacular, haja o resistente caráter popular.

Em termos de utilização turística de patrimônios culturais imateriais, para Melo Neto (2009), predominam-se os eventos, configurando-se como o viés da cultura de “produto do consumo imediato”, em que a realização desses eventos funcionaria como estratégia de marketing cultural e turística. Ressalta-se que “o distanciamento começa quando o turismo [...] toma conta dessas práticas: a festa, exibida, mas não partilhada, torna-se espetáculo”. (BOSI, 2000, p. 11).

Para Melo Neto (2009), não deve se buscar o *eventismo* como processo de desenvolvimento e fortalecimento do patrimônio cultural e que a dimensão do entretenimento do evento não pode ser sobreposta à dimensão cultural. Pensar na viabilidade do uso turístico das manifestações culturais é considerar que a promoção da cultura deve ocorrer pela realização de eventos culturais sustentáveis, sem a força da ação do entretenimento. Ou seja, será válida a utilização de eventos quando esse for elemento de valorização do patrimônio cultural, democratização da cultura e promoção da cidadania, individual e coletiva.

Também nesse sentido, Ouriques (2005, p. 65; 52) retoma a noção de “espetacularização” pelo turismo, baseada em Debord (1997), introduzindo a crítica marxista dos fetiches da sociedade, ou das mercadorias produzidas “pela indústria do turismo, que se aproveita da fé religiosa, transformando-a em um espetáculo lucrativo”. Isso é possível, pois

tudo possuiria uma função estética e, enfim, uma função turística, que atuaria como mecanismo de reprodução da lógica do capital. O espetáculo seria, por excelência, “o fetichismo da mercadoria potencializado”.

Fica claro, contudo, que a política de financiamento de eventos não é, e nem pode ser, uma política cultural. Ao contrário, a “política de eventos” nos parece o oposto de uma política cultural, por ser “imediatista e oportunista⁹”. Sobre a primeira, esta “designa um conjunto de programas isolados [...] constituídos por eventos soltos uns em relação aos outros” (COELHO, 2004, p. 300).

Todavia, ainda segundo o autor (Ibidem), os eventos também podem ser importantes e necessários, visto que, em função de sua singularidade, teriam o “poder de irrigar, com a força de um impacto de variada natureza, o tecido cultural formal [...] e a constelação informal de produtores e consumidores”, integrando, assim, uma política cultural mais ampla. Além disso, os eventos apresentariam duas grandes vantagens: coesão grupal e ritualização.

Outra crítica pertinente ao foco da política pública no *eventismo*, não se relaciona ao espetáculo em si, mas ao local e dinâmica nos quais ele se insere. A crítica é apropriada, no sentido que o setor público parece voltar suas atenções às comunidades e aos grupos, envolvidos com os bens patrimoniais, somente no momento do evento.

Oliveira (2010), a respeito da *Romaria de Aparecidinha*, afirma: “Acabou o evento, ninguém mais lembra de Aparecidinha. [...] O bairro de Aparecidinha é muito esquecido”. Essa se tornou uma fala recorrente dos moradores do bairro, que se queixam também pela ausência das facilidades e melhorias da zona urbana: “Aparecidinha já era pra ter um banco, pra ter postos de gasolina, não só para atender eventualmente aqueles que se deslocam pra lá, no período da *romaria*, mas pra atender os moradores, que são cidadãos” (PEREIRA, 2010). Igualmente, Cavalheiro¹⁰ lamenta:

Há tempos questiono o descaso com que é tratado o importante núcleo histórico de Aparecidinha. É inconcebível o fato de Sorocaba possuir um distrito com tanto potencial turístico e não explorá-lo em benefício da própria população local que sobrevive à míngua com a falta de atenção do poder público. Um Núcleo Histórico que em questão de pouco tempo só será lembrado graças à placa que assim o qualifica, logo à entrada do bairro. (grifos da autora)

⁹ Oportunista, já que eventualmente serve para promover políticos e beneficiar artistas.

¹⁰ Fonte: Texto de Carlos Carvalho Cavalheiro: O sol que não nasce para Aparecidinha, jun/2002. Disponível em: <http://www.crearte.com.br/carlos_textos_t04.htm>.

Os depoimentos retratam a realidade de um local, que vê findar as atenções recebidas em um evento. Cobrem-no de estrutura, e desmontam-na de forma subsequente. Assim, as luzes voltam-se tão-somente a materialidade “invadida pela contemplação do espetáculo” (DEBORD, 1997, p. 15). Em decorrência, seremos obrigados a concordar com Cavalheiro (2010): “Não sou contra evento, mas acho que não pode se limitar, se acabar naquilo, o fim é esse, é um palco e pronto. [...] se é só isso, então é muito simples!”.

Em suma, as ações, e especialmente não-ações do Estado, apontadas nessa análise, confirmam a opção restrita e ineficaz das políticas públicas que findam no espetáculo e na aparência. Por decorrência, pode-se inferir que a gestão da cultura não se limita a administração de recursos financeiros destinados a esse fim, ao contrário, deverá ser capaz de enxergar um contexto amplo de demandas, necessidades, possibilidades, intersecções. Afinal, se é realmente só um evento, “se é só isso, então é muito simples!”.

Considerações finais

A respeito do principal aspecto abrangido pelas políticas públicas culturais, pudemos observar que o *eventismo* aparece como foco de atuação. Sobre a especificidade do evento em torno da *Romaria de Aparecidinha*, trata-se de um evento sob o formato tradicional-popular, que permanece em seu local e momento iniciais, mas recebe uma roupagem extra, uma superestrutura. A espetacularização vinculada ao evento acaba por encobrir a realidade em que a comunidade vive quando o evento se finaliza, ou seja, as atenções do poder público se sucedem de acordo com tão-somente a frequência dos eventos.

Em função desse resultado, resta-nos a dúvida: afinal, qual deverá ser o papel das políticas públicas culturais frente às manifestações culturais? Para essa resposta, faz-nos sentido dirigir a discussão sob a abordagem proposta por Chauí (2006), para quem, conceber uma política de cidadania cultural implica entender a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação, e recusar a política cultural que concebe uma “cultura populista” (ilustrada pelo *eventismo* como foco de política pública).

Em que pesem as considerações de Bosi (1987, p. 123), acerca da não necessidade, e do não dever, da ação do Estado em favor aos bens culturais, sob as justificativas de o Estado ser “uma estrutura tão diferente, tão heterogênea, tão exterior à cultura popular”, além de a cultura popular não necessitar de “injeções” para sobrevivência, vale notar a veemente recusa

à interferência do poder público à autonomia, espontaneidade e dinamicidade das manifestações culturais.

Finalmente, aqui se compreende que garantir uma política cultural, enquanto fonte de cidadania, seria a aspirada conquista de uma política, a qual, não somente considera, mas também se preocupa, com a diversidade das manifestações culturais e com o tratamento democrático e adequado aos cidadãos envolvidos. Isso abrange a criação e manutenção dos acessos às políticas culturais, bem como a inclusão das diversas formas de expressão cultural nas políticas de salvaguarda, não pontual e finalizadas aos acontecimentos em curso.

Referências

- ALMEIDA, A. *A Diocese de Sorocaba e seu primeiro Bispo*. Sorocaba: Catedral de Sorocaba, 1974.
- _____. *Aparecida de Sorocaba: Investigações*. In: Revista do IHGGS. Sorocaba, ano 53, n. 12, ago/2007. p. 15-20. 1ª publicação: Revista do Departamento de Investigações. São Paulo, ano 6, n. 52, jan/1954.
- _____. *Brasil de Nossa Senhora*. Sorocaba: Imprimatur, 1974.
- _____. *História de Sorocaba*. Sorocaba: IHGGS, 1969.
- _____. *Vida e Morte do Tropeiro*. São Paulo: Martins, 1971.
- BIDEGÁIN, A. M. *História dos cristãos na América Latina*. Tradução de J. A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BOSI, A. Cultura como tradição. In: BORNHEIM, G. et al. *Cultura brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- _____. Plural, mas não caótico. In: _____. *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 2000.
- BRANT, L. *O poder da cultura*. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- CAVALHEIRO, C. C. Entrevista [out. 2010]. Sorocaba-SP. Mídia digital pessoal.
- CHAUÍ, M. *Cidadania Cultural: O direito à cultura*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- COELHO, J. T. *Dicionário crítico da política cultural: Cultura e Imaginário*. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras/FAPESP, 2004.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de E. S. Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

- DOTRO, R. P.; HELDER, G. G. *Dicionário de Liturgia*. Tradução de G. S. Ribeiro. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- ESTADO DE SÃO PAULO. *Romaria de Aparecidinha, em Sorocaba, reúne 90 mil fiéis*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,,205290,0.htm>>.
- GODOY, H. A. Entrevista [out. 2010]. Sorocaba-SP. Mídia digital pessoal.
- IKEDA, A. T.; PELLEGRINI FILHO, A. Celebrações populares paulistas: do sagrado ao profano. In: SETUBAL, M. A. (coord.). *Manifestações artísticas e celebrações populares no Estado de São Paulo*. 1ª reimpressão. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. 3 v. (Coleção Terra Paulista: histórias, arte, costumes; v. 3).
- MARCELO, J. R. *Imagens de uma devoção: as peregrinações aos Santuários de Nossa Senhora Aparecida e Nuestra Señora de Caacupé*. Dissertação (mestrado). Programa de Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MARCELO, J. W. Entrevista [set. 2010]. Sorocaba-SP. Mídia digital pessoal.
- MARTINS, C.; LEITE, L. Cultura, religiosidade popular e romarias: expressões do patrimônio imaterial. In: MARTINS, C. (org.) *Patrimônio cultural: da memória ao sentido de lugar*. São Paulo: Roca, 2006.
- MELO NETO, F. P. Evento: de ação, de entretenimento a agente de promoção do patrimônio histórico-cultural. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (orgs.) *Turismo e patrimônio cultural*. 4ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2009. (Coleção Turismo Contexto).
- OLIVEIRA, J. A. L. Entrevista [set. 2010]. Sorocaba-SP. Mídia digital pessoal.
- OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- OURIQUES, H. R. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas: Alínea, 2005.
- PEREIRA, H. Entrevista [out. 2010]. Sorocaba-SP. Mídia digital pessoal.
- SARTORE, D.; TRIACCA, A. M. (orgs.). *Dicionário de Liturgia*. Tradução de I. F. L. Ferreira. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. (Dicionários EP).
- VALVERDE, M. F.; OLIVEIRA, R. S. DE. *A arte sacra e sua significação para a religiosidade sorocabana*. In: Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura, ano 3, n. 9, Jan/Fev, 2007.